

“Deficiência” para um dicionário marxista: a política capacitista de uma palavra.



Larissa Xavier dos Santos¹

Resumo

Este artigo aborda a deficiência física com uma perspectiva que evita reduzir o tema às narrativas biomédicas. A deficiência é analisada considerando suas intersecções com a categoria gênero, e o conceito chave para conduzir essa análise é o conceito de capacitismo. A categoria “capacitismo” é utilizada por Mello (2016) e tornou-se estratégica para definir o preconceito contra pessoas com deficiência, sendo o capacitismo um equivalente a termos como sexismo e racismo (Mozzi e Nuernber, 2017). Com base no modelo social da deficiência, será evidenciado que o capacitismo se sustenta em questões estruturais em nossa sociedade. O capacitismo está amparado em uma cultura da eficiência e do desempenho, isto é, na figura do status de “homem produtivo”. Desconstruir a naturalização do capacitismo é um caminho para repensarmos o modo em que vivemos em uma lógica do trabalho salarial e refletir sobre a maneira que a sociedade capitalista tipifica os corpos “não produtivos”.

Palavras-chave: deficiência, produtivismo, capacitismo, desigualdade.

Abstract

This article addresses physical disability with a perspective that avoids reducing the topic to biomedical narratives. Disability is analyzed considering its intersections with the gender category, and the key concept to conduct this analysis is the concept of capacitism. The category “capacitism” is used by Mello (2016) and has become strategic to define prejudice against people with disabilities, with capacitism being equivalent to terms such as sexism and racism (Mozzi and Nuernber, 2017). Based on the social model of disability, it will be shown that capacitism is sustained by structural issues in our society. Capacitism is supported by a culture of efficiency and performance, that is, the figure of the “productive man” status. Deconstructing the naturalization of capacitism is a way to rethink the way we live in a logic of wage labor and reflect on the way that capitalist society typifies “non-productive” bodies.

Keywords: disability, productivism, capacitism, inequality.

¹Mestra em educação pelo Programa de pós-graduação em Educação da EFLCH-Unifesp. Contato:larissa_xs@hotmail.com

Introdução

Este artigo aborda a naturalização do “capacitismo”, uma categoria de análise complexa, que se tornou fundamental para estudos críticos sobre a deficiência. Em duas seções, são analisados aspectos que tornam a deficiência um constructo inseparável da produção ideológica da noção de eficiência e, assim, uma expressão opressiva de uma lógica produtivista.

A análise prossegue indicando o quanto a palavra autonomia não é natural e corresponde a uma perspectiva moral para as pessoas com deficiência, e a argumentação busca discutir a deficiência considerando-a como um marcador de desigualdades, o que proporcionará a crítica aos discursos normalizantes das práticas de reabilitação.

O conceito de capacitismo é fundamental para evitar a redução das deficiências aos parâmetros biomédicos e sua potência interpretativa pode ser percebida nas intersecções entre deficiência e gênero, que têm o fio condutor da argumentação deste artigo. Em “Gênero” *para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. Haraway (2004) demonstra como percebeu a complexidade de tomar parte em determinado debate:

“Além disso, mesmo se Marx e Engels – ou até Gayle Rubin – não se aventuraram pela sexologia, medicina ou biologia em suas discussões sobre sexo/gênero, ou sobre a questão da mulher, eu sabia que teria de fazê-lo.” (HARAWAY, 2004)

A autora se dedica a descrever o contexto do desenvolvimento dos estudos de gênero e sua inspiração dos estudos marxistas que contribuíram com sua perspectiva culturalista acerca da análise das relações de opressão e desigualdade. Se o tornar-se mulher é uma condição cultural e as desigualdades de gênero são respaldadas em aspectos sociais, isso também diz respeito ao corpo com deficiência. Trata-se de evidenciar que a deficiência se configura culturalmente, e ainda que não tenha sido citada nos primeiros estudos marxistas, o capacitismo é uma categoria que demonstra que a construção social das deficiências é inseparável do capitalismo.

Capacitismo é a tradução daquilo que em inglês foi denominado “*ableism*”, para indicar e rejeitar a redução da pessoa a um inventário de capacidades presentes ou ausentes, com o que cada sujeito pode ter sua existência descrita a partir de uma “incapacidade” (Cf.

Charlton, 2010, p. 217). Se a própria designação “pessoa com deficiência” indica o esforço para demonstrar que é o corpo na sociedade e com a sociedade que possibilita compreender a identidade em elaboração, não há como separar dessa pessoa, sempre “em processo”, as questões de gênero que permeiam a existência.

Não foi casual a aproximação ocorrida nos últimos vinte anos do século XX entre os *Disability Studies* e os estudos feministas que acrescentaram importantes reflexões sobre o tema gênero no universo das pessoas com deficiências. Segundo Haraway (2004), as teorias feministas de gênero se tornaram imprescindíveis também para esse universo porque focam em uma análise a partir de estudos culturais que negam binarismos de oposição: natureza/cultura, natureza/história, natural/humano, recursos/produtos, pois esses são parâmetros que normatizam os corpos biológicos sexuais para se compreender a categoria feminina. Esse distanciamento crítico em relação aos binarismos é fundamental para a pretensão de compreender a presença de pessoas com deficiências em perspectiva interseccional, evitando reduzir a existência à condição de resultado de um “erro da natureza”.

Sempre é importante lembrar que o conceito de gênero é objeto de densa acumulação crítica, sendo continuamente aprofundamento (Cf. Piscitelli, 2009). Foi teorizado de maneira concisa por Simone de Beauvoir, quando afirmou que “não se nasce mulher”, mas é uma categoria que não se restringe a um marco fundador. No contexto do pós-guerra, muitas mulheres se articularam enquanto coletivo, levantando uma bandeira de uma abordagem sociocultural de ser mulher, ou seja, que se trata de um sujeito em processo de construção durante e com suas dinâmicas de socialização. O corpo com deficiência não está fora desse “fazer-se”. Isso foi decisivo para que Donna Haraway sustentasse que a contribuição da teoria feminista seria a de transformar sistemas históricos e sociais, que marcam a diferença entre “homens” e “mulheres” a partir de perspectiva sexual, reafirmando, desse modo, um antagonismo de oposição do qual se sustenta uma hierarquia.

A teoria feminista segundo a autora foi criativa ao buscar na abordagem marxista sobre natureza e trabalho elementos para uma nova definição conceitual de gênero. Desse modo as justificativas biológicas foram contundentemente contrapostas por uma teoria social que fortalecia a importância dos estudos de gênero (Haraway, 2004). Mesmo que conflitassem em situações políticas específicas (Cf. Diniz, 2010) as análises baseadas no

modelo social de deficiência e nas teorias feministas convergiam na recusa ao discurso ocidental hegemônico que naturalizava os binômios natureza/cultura e sexo/gênero.

Sabemos que o feminismo, na sequência, também elaborou uma crítica à abordagem binária entre natureza/cultura de extração marxista uma vez que estabeleceu uma análise que tomou certa distância da relação de mediação entre “natureza” e os homens por meio do trabalho. No entanto, permaneceram pontos de contato no que concerne à distinção entre sexo/gênero. Essa distinção é muito importante para a contraposição dos determinismos biológicos que são grandes limitadores às perspectivas críticas que se dedicam às deficiências, visto que estão na raiz da hegemonia dos discursos médicos sobre o campo (Haraway, 2004).

Com a perspectiva epistemológica de findar a perspectiva natural de se compreender o que é ser mulher, os setores feministas se articularam a partir de uma ótica culturalista, uma que vez que as relações de dominação se constroem socialmente, sendo passíveis, portanto, de desconstrução na medida em que a mulher reivindica a condição de sujeito de sua própria história. Essa abordagem foi fundamental para romper com a narrativa biológica, a-histórica, descritiva do corpo em si com um discurso fechado para rupturas interpretativas (Haraway, 2004). Se o corpo da mulher não é um “corpo em si” já feito e em simples processo gradual de confirmação da “obra da natureza”, o corpo do homem também pode e deve ser abordado com a perspectiva de gênero, para que possa igualmente ser analisado em suas (re)elaborações, inclusive porque são abundantes os exemplos de situações nas quais o corpo da pessoa com deficiência, é descrito como interdito às predicções de gênero e às experimentações de sexo uma vez que são reduzidos aos limites da disfuncionalidade (Cf. McRuer, 2014).

Com bases nos estudos de feminismo e deficiência é possível compreender que a lesão corporal, assim como sexo, não podem ser interpretados como uma fatalidade anatômica pré-discursiva, reconhecendo que normalização/padronização torna a diferença corporal e seu funcionamento uma expressão de “capacitismo”. Se no âmbito dos estudos sobre violência a expressão “lesão corporal” tem um sentido próprio, os *Disability Studies* demonstraram que no universo das deficiências a expressão é continuamente utilizada para configurar a origem incontestável de uma incapacidade, remetendo, em termos capacitistas a noção de lesão para o âmbito das evidências orgânicas arroladas contra a pessoa. O termo “capacitismo” é utilizado por Mello (2016) e foi elaborado para estabelecer uma definição

a respeito da opressão contra pessoas com deficiência, sendo o capacitismo uma categoria que equivale a sexismo e racismo (Mozzi e Nuernber, 2017).

Haraway (2004), retomando Judith Butler, argumenta que o discurso de identidade de gênero é marcado por uma “coerência heterossexual”. Com isso é necessário que o feminismo passe a produzir uma legitimidade para todos os conjuntos de gêneros não coerentes, uma vez que os discursos unívocos de gênero com base nos antagonismos coerentes se sustentam também em pressupostos racistas. O mesmo se dá em relação à “coerência capacitista”, figuração dos corpos capazes com seus antípodas, os corpos “incapazes”. É necessário abordar corpos “não coerentes” em termos de produtividade, evitando torná-los “a outra ponta” do produtivismo capacitista.

Pensada assim, a deficiência deixa de ser considerada como desvantagem “formulada” no âmbito das especificidades orgânicas para ser considerada como expressão da própria construção dos sujeitos, configurada nas e com as barreiras (materiais e imateriais) da sociedade, especialmente das sociedades salariais que se baseiam na projeção permanente do “homem produtivo”, do “sujeito eficiente” (Freitas e Prado, 2017).

1. Deficiência e eficiência: a opressão ideológica produtivista

A deficiência obtém diversas chaves de compreensão, sendo permeada por várias narrativas, portanto como todo objeto estudado ao longo da história, a maneira em que a deficiência é interpretada é relativo a espaço, tempo, contexto situacional em que tal categoria se mostra presente (GARLAND-THOMSON, 2002). Será tratado aqui, sobre o modelo social da deficiência em contraposição ao modelo médico (MELLO e NUERNBERG, 2012), visto que, entendendo que se trata de uma questão de cunho social, o modelo médico, que compreende o corpo com deficiência como incompleto, doente, incapaz, improdutivo, concerne a uma perspectiva de um tempo e lugar, isto é, a uma narrativa que se legitimou em determinado contexto.

Na abordagem de Martins (2018) são analisados os corpos e as intervenções sociais sobre eles, isto é, trata-se da relação simultânea entre corpo e sociedade/sociedade e corpo. A compreensão do corpo para o autor é construída a partir da contribuição de Mauss em “técnicas do corpo”, a concepção de *habitus* formada por Bourdieu, a noção de corpo como capital simbólico pelo mesmo autor e por fim o reconhecimento do corpo como uma

representação do natural. A premissa do autor é delineada com a linha argumentativa de Foucault, que pensa na singularidade da modernidade em uma genealogia que sustenta uma visão histórica, buscando entender as condições e as possibilidades de determinado contexto do contemporâneo.

Contudo, torna-se coerente pensar no poder disciplinar e como ele se manifesta nesse contexto da modernidade, isto é, como os saberes se organizam, proliferam discursos e produzem a realidade. A concepção de deficiência parte dessa formação das narrativas que a modernidade que concebe, enquanto as relações de poder na sociedade moderna se organizam através dos discursos normalizadores que passam a disciplinar os corpos e consequentemente caracterizam os desviantes que não se adequam às essas normatizações. Trata-se de uma economia singular que se estrutura de modo heterogêneo, uma vez que se executa “práticas de separação” que distinguem a saúde da incapacidade.

A partir da compreensão de que a deficiência trata-se de uma experiência social compartilhada, torna-se possível pensar quais os aspectos sociais que estruturam a segregação, que na maioria das vezes é justificada pela narrativa biomédica da invalidez diante da lesão. Essa problemática é respondida com referências do marxismo, principal influência da primeira geração de estudos do modelo social da deficiência (SIEBERS, 2010, p. 173-184)

Citando Michael Oliver e Colin Barnes, Débora Diniz (2012), salienta que o maior beneficiado da segregação dos deficientes é o capitalismo, pois os deficientes são uma espécie de exército de reserva, ocupando também uma função ideológica associada às artificiais “posições de inferioridade”.

“O modelo médico, ainda hoje hegemônico para as políticas de bem-estar voltadas para os deficientes, afirmava que a experiência e segregação, desemprego e baixa escolaridade, entre tantas outras variações de opressão, era causada pela inabilidade do corpo lesado para o trabalho produtivo”. (DINIZ, 2012 p. 24)

Se o modelo médico direcionava o problema para a lesão, o modelo social tratava a deficiência como condição de opressão que se estrutura por uma política gerida na economia capitalista, sendo assim, a deficiência é uma síntese de uma ordem ideológica que é representada através do homem produtivo (DINIZ, 2012).

Paul Abberley tornou-se uma importante referência nos estudos sobre deficiência no que tange a opressão do produtivismo capitalista sob os corpos considerados atípicos.

O objetivo central do autor era estabelecer a distinção entre opressão e exploração, evidenciando assim, a lesão como consequência perversa do capitalismo. Com uma abordagem social da deficiência, inverteu a lógica da compreensão biomédica que se ordenava como lesão-deficiência-segregação, em sua análise tratava-se da seguinte ordenação capitalismo-lesão-deficiência, isto é, a deficiência como consequência e resultado construído socialmente em detrimento de um produtivismo capitalista.

O modelo social entende que o corpo atípico não determina necessariamente um destino de exclusão, assim sendo, viver em um corpo prefigurado na normatividade trata-se de uma experiência singular que pode ser narrada de diferentes formas, sendo relativa à subjetividade de sua trajetória e do ambiente social do qual aquele corpo ocupa. A partir da abordagem que compreende as mazelas e barreiras (tanto físicas como simbólicas) que a sociedade impõe, estabelecendo uma opressão sob as pessoas com deficiência, podemos entendê-los como um grupo minoritário político que obtiveram seus direitos violados por uma maioria injusta. Essa perspectiva de compreensão direciona esse assunto à reflexão acerca da liberdade das pessoas com deficiência para compartilhar da vida social podendo usufruir de seus direitos políticos tendo pleno acesso a suas oportunidades (DINIZ, 2012; GAUDENZI e ORTEGA, 2016; GOMES; LOPES; GESSER; TONELI, 2018). A deficiência abordada historicamente e como construção social pode desmitificar o ideário determinista da lesão, identificando a lesão como consequência de uma exploração que não é natural, mas produto de uma cultura capitalista que inferioriza e segrega corpos que não são produtivos de acordo com seus padrões de normatizações e de eficiência.

De acordo com Gaudenzi e Ortega (2016), o conceito de autonomia é relativo à conjuntura social que dá significado à palavra. Os autores mencionam Nordenfelt, que trata sobre os conceitos de saúde e doença de modo holístico e dialoga com os estudiosos da deficiência. Esse autor compreende que a deficiência e a doença não são uma condição natural humana, isto é, não se trata de termos a-históricos ou atemporais, tais questões concernem a categorias socialmente construídas em determinado tempo, espaço e cultura que significará tais condições.

Para Nordenfelt, a autonomia é um valor social central no que tange a caracterização da saúde e o conceito de deficiência, tornando-se assim uma visão historicamente legitimada pela fala biomédica (GAUDENZI e ORTEGA, 2016). Autonomia torna-se um conceito questionável, ainda que muito presente nas descrições sobre “o que falta” à pessoa com

deficiência. Ainda, o termo começa a se delinear em decorrência das condições sociais que determinam o que é atípico e patológico. Portanto, se a pessoa não consegue cumprir suas metas elementares em decorrência de um comprometimento corporal, esta pessoa será compreendida como doente ou deficiente, ou seja, o pressuposto de sujeito autônomo define o que é o corpo não autônomo, presumindo alguém com deficiência (GAUDENZI e ORTEGA, 2016). Isso facilita a apropriação corrente da deficiência com “algo a ser curado”.

Apesar de Nordenfelt não o fazer explicita-mente, dissociar o campo da doença do campo da deficiência é fundamental. A ruptura com o olhar médico marcado pela dicotomia entre normal e patológico no terreno da deficiência foi um importante avanço proporcionado pelos teóricos do Modelo Social, pois permitiu recusar a descrição do corpo com impedimentos como patológico. Partindo desse pressuposto – de que o corpo com impedimentos não é necessariamente patológico – parece-nos que o trabalho de Nordenfelt nos traz um outro desafio fundamental para o avanço na discussão sobre a noção de deficiência: a problematização do valor moral dos estilos de vida e da concepção de autonomia que sustenta os discursos sobre a deficiência (GAUDENZI e ORTEGA, 2016).

O que se evidencia é que a questão chave sobre a deficiência é a compreensão de que o corpo com algum tipo lesão é o oposto da identidade social dominante e que se trata de um corpo atípico que não exerce as atividades individuais que o imaginário social considera como dignas, comparando sempre dependência com independência, o que determina a identidade a partir de parâmetros normativos e individualistas baseados em “resoluções de atividades” do cotidiano (GAUDENZI e ORTEGA, 2016).

Citando Tauber, Gaudenzi e Ortega salientam as diferenças entre o *self* atomístico e o *self* relacional/social, assim sendo, o primeiro *self*, trata-se de uma abordagem individualista que atribui o princípio da autonomia como característica central da formação da identidade pessoal. Esse *self* tem como referencial a filosofia liberal de John Locke, isto é, baseia-se na idéia de um agente neutro, racional, independente, um sujeito separado do mundo. O *self* atomístico se adéqua ao *ethos* político liberal, que compreende o autogoverno como um novo valor elementar, que deve ser mediado somente quando a liberdade individual do outro é ferida.

A significativa valorização da individualidade em decorrência da sociabilidade, que se centraliza no alto valor atribuído ao indivíduo e no desprezo ao significado e ao simbolismo das redes de reciprocidade é uma marca do *self* individualista. A alta valorização

concedida à independência do pensamento e a liberdade de escolha, a percepção do *self* como individualista tornou-se um princípio elementar da filosofia iluminista. O *self* atomístico entende que cada indivíduo é criador de sua própria identidade, havendo uma sobreposição do *self* sobre o viver coletivo (GAUDENZI e ORTEGA, 2016).

Contudo, para os autores, Tauber, mostra outra chave de compreensão, que é o *self relacional/ social*, que entende o sujeito como produto do encontro com o outro. O *self* nessa representação é interpretado como uma confluência das relações sociais. Portanto, nossa identidade é configurada na e com a sociedade a qual pertencemos, de modo que nos sujeitamos aos princípios morais estabelecidos socialmente. De acordo com Georg Mead “o *self* é um processo social individualmente interiorizado. A relação com o outro é a unidade básica para a construção do *self*”. (apud GAUDENZI e ORTEGA, 2016).

A ambição por independência é um “projeto moral” que se adéqua ao anseio de pessoas não deficientes, portanto essa representação de autonomia e independência não é um valor inquestionável (GAUDENZI e ORTEGA, 2016). Assim sendo, a ideia de independência está atrelada a uma suposta igualdade de condições para alcançar os objetivos determinados por uma sociedade que centraliza que a representação de independência diz respeito a executar o ofício do trabalho e exercer as ações elementares do cotidiano dentro do tempo normatizado pela cultura capitalista.

Citando Eva Kittay, os autores ressaltam que a vida cotidiana de todas as pessoas em sociedade é mediada por relações de interdependência, de maneira que todos necessitam de algum tipo de cuidado durante suas vidas. Como exemplificado por Kittay, todos foram cuidados na infância por alguma mãe ou algum tipo de guardião. Movimentos políticos de pessoas com deficiência algumas vezes se insurgiram contra certa “ética do cuidado” contida nessa argumentação, considerando certa vulnerabilidade no argumento à redução da pessoa ao imperativo orgânico. Mas mesmo nas tensões desses embates foi possível reconhecer a importância do argumento para uma “antropologia mínima do corpo” passível de ser apreendido em sua circunstância, sem abrir mão da crítica à deficientização produzida socialmente (Ortega, 2007).

A força do argumento baseia-se na percepção que os *self* transparente advêm do ideal altruísta, do dever de cuidar de outras pessoas, pois ao longo de nossas trajetórias afetivas constituímos diversas relações de interdependência – isso evidencia a falha das análises liberais acerca da concepção de independência e autonomia.

1.1. A deficiência como um marcador da diferença e suas ressignificações

Formular críticas sobre as noções de capacidade individual e independência, além de buscar legitimar os ideais de interdependência nas relações interpessoais como critério de compreensão, permite que as chamadas “impotências das deficiências” sejam relativizadas (MELLO e NUERNBERG, 2012; GAUDENZI e ORTEGA, 2016). A contribuição de Eva Kittay sobre a questão do cuidado e da interdependência nos auxilia a refletir sobre o papel da sociedade e do Estado com as pessoas com deficiência, uma vez que a concepção de uma suposta independência individual reforça a “responsabilização solo”, trabalho dos cuidadores e das personagens femininas do cotidiano das pessoas com deficiência (MELLO e NUERNBERG, 2012). Refletir acerca da responsabilização solo feminina do cuidado das pessoas com deficiência evidencia a importância da intersecção dos estudos de gênero e deficiência, pois essa problemática nos permite pensar em políticas que combatam a desigualdade de gênero e visam um caminho de inclusão das pessoas com deficiência. Desta forma, é possível pensar no cuidado eticamente, transpondo a questão da deficiência para a nossa condição humana, que é de permanente interdependência. Isso nos conscientiza de nossa responsabilidade ética no que tange o cuidado como uma necessidade fundamental, propondo assim uma transformação política elementar ideológica que condiz com uma nova noção de justiça social e de direitos humanos (MELLO e NUERNBERG, 2012).

Por fim, é necessário lembrar que o tema deficiência foi e é importante para a afirmação multicultural da diversidade e sua percepção de direitos. O tema surdez é um importante condutor desse debate, embora o multiculturalismo, evidentemente, no que tange às deficiências, não tenha conteúdos restritos à pessoa surda ou deficiente auditiva. Segundo Lídia Limeira de Sá (2006), a cultura surda é muitas vezes interpretada por pessoas não surdas como uma não cultura, subcultura ou até mesmo uma cultura patológica, sendo assim, ignorada por parte da sociedade que possui na maioria das vezes um olhar capacitista. Os processos culturais dos surdos em suas particularidades passam por frequente marginalização. Disso decorrem estigmas e pessoas entendidas como incapazes porque são deficientes. Nesse contexto, as pessoas surdas são frequentemente narradas como pessoas menos normais.

Em seu texto, a autora se debruça sobre o que é cultura, lembrando signos, símbolos e significados que são compartilhados coletivamente por distintos e diversos grupos na sociedade como um todo. A cultura surda reivindica sua legitimidade na sua própria forma

de se comunicar e significar o mundo (SÁ, 2006; DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2010). Os discursos normalizantes que permeiam práticas de reabilitação, o nivelamento dos corpos e das maneiras de experienciar a realidade, na verdade apagam as culturas e os vários modos de estar no mundo. Essa percepção torna possível compreender o multiculturalismo dentro da militância da cultura surda. Trata-se de buscar entender os processos de subjetivação de cada indivíduo no seu transcurso social, processo no qual sua identidade se forma.

Do mesmo modo que ouvintes se expressam em uma diversidade de ações e palavras em suas culturas, os surdos passam por um processo legítimo em que experimentam formas “próprias” de viver e de se comunicar tendo, assim, uma dimensão múltipla de lugar na cultura (SÁ, 2006; DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2010).

Como já mencionado aqui, a abordagem cultural acerca da deficiência é uma oposição ao modelo médico. Muitas pessoas com deficiência afirmam com orgulho sua cultura e identidade, declarando sua legitimidade na sua forma de experienciar e significar o mundo:

É nesse contexto que o modelo biomédico é contestado em seus próprios pressupostos: nem todos os deficientes consideram seus impedimentos indesejáveis, como é o caso do orgulho Surdo ou da preferência por embriões com gene para o nanismo (LANE; HOFFMEISTER; BAHAN, 1996; DINIZ, 2003; ADELSON, 2005; DAVIS, 2001). (...) Há surdos que querem ter filhos Surdos e se definem como participantes de uma cultura manualista, assim como há anões que não desejam fazer uso das técnicas diagnósticas para descartar embriões com genes para o nanismo, mas para deliberadamente selecioná-los (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2010).

Diversos grupos de pessoas com deficiência se auto-afirmam e passam a reivindicar suas experiências como legítimas, em oposição ao modelo médico que compreende sua existência como “erro” da natureza humana. Desta forma suas identidades são resignificadas a partir da valorização do seu modo de vida e suas características próprias.

Conclusão

É possível perceber que os primeiros estudos marxistas, além de não tratar de como a sociedade salarial afeta as relações de gênero, também não abordam acerca do capacitismo. No entanto, isso não retira seu mérito e importância em diversos nichos de discussões nas ciências humanas, sobretudo os estudos sobre gênero e capacitismo, que a

partir da desnaturalização das desigualdades e de uma teoria social com uma ótica culturalista foi viável problematizar sobre as opressões estruturadas socialmente, sendo assim sujeitas a transformação.

Do mesmo modo em que a opressão de gênero está estruturada em um construto social, é necessário questionar um determinismo biológico para compreender corpos que possuem particularidades que são compreendidas como “falhas”, isto é, características corporais que determinam a identidade de um grupo social resumida como deficiente. Desta forma, é necessário refletir acerca de como a sociedade significa “corpos atípicos”, isto é, trata-se sociedade salarial que estabelece seus parâmetros de “normalidade” a partir de uma lógica de produtivista.

A opressão capacitista está inserida em uma lógica social produtivista ancorada em uma perspectiva individualista que pressupõe uma suposta igualdade em uma sociedade que é atravessada por diversas formas de preconceito. O capitalismo a partir dos seus parâmetros de tempo e produção, estipula corpos “não produtivos”, como doentes e não eficientes, assim pensar no capacitismo enquanto opressão é pensar nele como resultado de uma sociedade salarial que limita a existência humana a uma função produtiva.

A relações estabelecidas nesse contexto constituem psiques desviantes que consolidam sua própria culpa quando não atingem o status de positividade, que na maioria das vezes determina parâmetros de normalidade. Desta forma, se faz mais que necessário questionar essa autogestão que na maioria das vezes nos torna cansados, deprimidos, fracassados, incapazes e deficientes. Refletir acerca do capacitismo pressupõe pensar acerca da sociedade salarial e como esta afeta a forma que a sociedade enxerga os corpos e mentes humanas. A lógica do desempenho é uma expressão da perspectiva liberal individualista que responsabiliza os “não-eficientes” de seus fracassos, estabelecendo assim o normal e o patológico.

Assim é possível compreender que o liberalismo patriarcal não somente configura as relações de divisão do trabalho social sob a experiência das mulheres, mas também consolidou a ideia de corpos produtivos que foi naturalizando a narrativa da deficiência, portanto o marxismo com sua contribuição histórico-cultural nos ilumina a pensar que combater o capacitismo se faz mais que necessário para superar as mazelas da sociedade de classes.

Referências

- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2012.
- DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 11, no prelo, fev. 2010.
- FREITAS, M.C. e PRADO, R.C.L. *O professor e as vulnerabilidades infantis*. São Paulo, Cortez Ed., 2017.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating disability: transforming feminist theory. NWSA jornal, v 14, n.3 p. 1-32, 2002.
- GAUDENZI e ORTEGA. *Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade*. Rio de Janeiro, 2016.
- GOMES; LOPES; GESSER; TONELI. *Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2018.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos pagu (22) 2004: pp.201-246.
- MARTINS, B.N; FONTES, Fernando; MASCARENHAS, L.T. *Deficiência em questão: para uma crise da normalidade*. Editora Nau, 2018.
- MCRUER, R. “Proliferating criptistemologies”. London, *Journal of literary*, v.8, 2014, p. 149-169.
- MELLO, Anahi Guedes de. *Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC*. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2016, vol.21, n.10, pp.3265-3276.
- MELLO, A.G. e NEURNBERG, A.H. “Gênero e deficiência”. *Revista de estudos feministas*. Florianópolis, n. 384, 2012, p. 635-655.
- MOZZI. A. e NUERNBER, A.H. *Concepção sobre deficiência em processo de adoção de crianças com deficiência*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- ORTEGA, Francisco. *Corporeidade e biotecnologias: uma crítica fenomenológica da construção do corpo pelo construtivismo e pela tecnobiomedicina*. Ciência & Saúde Coletiva, 12(2):381-388, 2007.
- PISCITELLI, A. “Gênero: a história de um conceito”. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (orgs.) *Diferenças, igualdade*. São Paulo, Berleandis & Vertecchia, 2009, p. 116-148).
- SÁ, N. L. *Existe uma cultura surda? Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- SIEBERS, T. “Disability in theory: from social constructionism to the new realism of the body”. In: DAVIS, L.J. (ed.) *The disability studies reader*. New York, Routledge, 2010, 173-184